

Folha da Manhã

Foi precedido por outros três jornais lançados entre 1921 e 1925, todos pertencentes à Empresa Folha da Manhã S.A., denominados *Folha da Noite*, *Folha da Tarde* e *Folha da Manhã*.

As folhas de Olival Costa (1921-1931)

A origem da Empresa Folha da Manhã S.A. remonta ao ano de 1921, quando Olívio Olavo de Olival Costa, juntamente com um pequeno grupo de colegas, montou um jornal, a *Folha da Noite*. Tendo pertencido ao quadro de jornalistas de *O Estado de S. Paulo*, onde ocupou a função de redator, Olival Costa levou avante o novo empreendimento, contando com a participação de Pedro Cunha, Leo Vaz, Mariano Costa e Artêmio Figueiredo. Foi esse o primeiro grupo diretor do jornal.

Embora prosperasse rapidamente, a *Folha da Noite* teve sua circulação proibida entre 3 e 31 de dezembro de 1924. Seus diretores decidiram então lançar a *Folha da Tarde*, como artifício contra a censura, substituindo a *Folha da Noite*, que só ressurgiria em 1º de janeiro de 1925, com o mesmo nome. A *Folha da Tarde* contou, portanto, de início, em sua direção, com a mesma equipe da *Folha da Noite*. Por outro lado, ainda em janeiro de 1925, no dia 20, Olival Costa e Pedro Cunha lançaram um terceiro jornal, a *Folha da Manhã*, motivados pela prosperidade de seu primeiro empreendimento.

Olival Costa ocupou o cargo de diretor da *Folha da Noite* de 19 de fevereiro de 1921 a 30 de outubro de 1930 e da *Folha da Manhã* de 1º de julho de 1925 a janeiro de 1931, quando foi constituída a Empresa Folha da Manhã S.A. Embora seu nome constasse do quadro de diretores do empreendimento, juntamente com Rubens do Amaral, Otaviano Alves de Lima, Diógenes de Lemos Azevedo, Guilherme de Almeida e Pedro Cunha, Olival Costa não exerceu efetivamente a direção da empresa. Como primeiro redator-chefe da *Folha da Noite*, contudo, imprimiu à linha editorial do jornal uma discreta simpatia pela insurreição de 1922 no Rio de Janeiro, pela revolta de 1924 e pela candidatura de Júlio Prestes à presidência da República em 1930. Isso ocorreu, embora fosse intenção explícita imprimir ao jornal um caráter muito mais informativo do que de opinião, sem detrimento da oportunidade do exercício da crítica. O que o corpo de redatores evitava, isso sim, era imprimir ao jornal uma linha editorial rígida, que implicaria a perda de um campo maior de manobra diante dos fatos acerca dos quais o jornal deveria “informar” e poderia “opinar”. Não obstante, pode-se afirmar que a *Folha da Noite* surgiu como um jornal dirigido para o leitor urbano paulista, conseqüentemente com fortes traços antioligárquicos.

Empreendimento sem capital e infra estrutura prévios, a *Folha da Noite* surgiu como um periódico de formato pequeno, com oito páginas, destinado às camadas médias urbanas: “Honestidade nas informações, além de bom humor nos comentários, constituíam a tônica desse veículo em que as classes médias de São Paulo podiam se mirar e nutrir.” De uma situação financeira absolutamente precária (à edição seguinte cabia pagar o custo da anterior e assim sucessivamente), em 1925 o empreendimento conquistou uma certa estabilidade financeira e instalou-se em oficinas próprias, ao mesmo tempo em que se firmava definitivamente junto ao público leitor. E essa conquista do público ocorreu, entre outros mecanismos, através da utilização do humor e da sátira, para não falar da ironia (haja vista o sucesso da criação de Belmonte, o Juca Pato), hábil instrumento de burla à rígida censura da República Velha.

Também a partir de 1925, passavam a existir dois jornais, dirigidos, cada um deles, para públicos diferentes: a *Folha da Manhã*, com uma linguagem mais sóbria, voltava-se para os pequenos comerciantes e os profissionais liberais, enquanto a *Folha da Noite*, jornal mais popular, voltava-se para a classe trabalhadora, chegando inclusive a conter em suas páginas artigos em várias línguas, dada a origem estrangeira de grande parte do operariado.

Muito embora a emergência das folhas paulistas não tivesse raízes oligárquicas e tampouco operárias, o seu traço marcadamente paulista se refletiria nos acontecimentos de 1930. A Revolução de 1930, movimento de cunho nacional, contou com a oposição das folhas, que nesse momento se aliaram à oligarquia paulista, assumindo posição contrária aos revolucionários. Como resultado, ambos os jornais, *Folha da Noite* e *Folha da Manhã*, foram empastelados na noite de 24 de outubro de 1930. Esses fatos ocorreram a despeito de o ideário defendido pelas folhas em anos anteriores se aproximar bastante dos postulados da Revolução de 1930. Tal era o caso, por exemplo, do combate dado pelas folhas à concepção de que “questão social é um caso de polícia”, ou da defesa da necessidade de os governantes voltarem-se para as questões sociais, pois “neste campo tudo ainda está por fazer. Até hoje temos andado a remendar rasgões e a calafetar rombos. As grandes construções sociais de que se orgulham tantos povos, mesmo americanos, são entre nós miragens longínquas” (FN, 23/11/1926). Da mesma forma, a defesa do voto secreto foi uma constante na linha editorial de ambos os periódicos durante a década de 1920: em 1922 a *Folha da Noite* denunciava a fraude eleitoral e a posição assumida pelo Partido Republicano Paulista (PRP), afirmando que “as eleições são fraudulentas; daí a necessidade do voto secreto. O PRP é contra por considerar que o povo não está preparado para dar esse grande passo” (21/11/1922). Em, 1929, a *Folha da Manhã*, em artigo intitulado “A revolução pacífica” (5/1/1929), voltou à carga, fundando no princípio liberal a defesa de uma reforma eleitoral que contivesse o voto secreto e obrigatório.

Marcadamente antioligárquicas, opositoras do PRP — tido como expressão de um “regime político oligárquico e como princípio das minorias absolutas sem controle algum” (FM, 26/10/1926) —, encarando a eleição de Washington Luís como possibilidade de uma nova etapa, apoiando o Partido Democrático (PD) então emergente, a *Folha da Noite* e a *Folha da Manhã* pouco se dedicavam aos assuntos da área econômica. Quando o faziam, porém, sendo politicamente liberais para a conjuntura da época, coerentemente defendiam uma política econômica liberal, posicionando-se, portanto, contra o intervencionismo do governo no sentido de preservar os interesses da oligarquia cafeeira, e combatendo o protecionismo alfandegário em defesa da indústria nacional. Tal fato, como apontam C. G. Mora e M. H. Capelato, freqüentemente dá margem à interpretação de que os jornais *Folha da Noite* e *Folha da Manhã* eram, à época, antiindustrialistas. Na realidade, porém, como jornais que se dirigiam às populações urbanas de média renda, o combate a toda e qualquer medida que encarecesse o produto para o consumidor médio era algo inevitável para a manutenção e ampliação de seu público leitor.

Em 1929 Pedro Cunha deixou a sociedade, numa época em que, por coincidência, a linha editorial sofreu uma mudança: a edição de 27 de março de 1929, por exemplo, afirmava que: “Sentimos que não é na mudança da forma de votação que se deve procurar remédio para os males do Brasil político. O mal maior está no indiferentismo, no desconhecimento dos deveres cívicos” (FM). O apoio ao PD era visto agora com desconfiança, como sinal de ingenuidade, e mais tarde a oposição seria identificada como “a esquerda que não correspondeu às esperanças que nela se depositaram, especialmente seu líder Assis Brasil” (FM, 19/3/1929).

No início de 1930 foi marcado, em termos de evolução da linha editorial das folhas, pela crítica aos jornais de oposição, pois o Brasil “reclama ordem, paz e harmonia para realizar novas conquistas” (FM, 1/1/1930). A ordem, agora, era condição de progresso; Getúlio Vargas no poder significaria a ruína da lavoura, e São Paulo era o exemplo a ser seguido: “Nós, São Paulo, onde se cultua a liberdade” (FM, 7/1/1930), pois o povo paulista é “ordeiro” e “disciplinado”, e Getúlio é “um convite à indisciplina” (FM, 1/3/1930).

Otaviano Alves de Lima e Nabantino Ramos

Em 1931 Otaviano Alves de Lima, filho de família tradicional, comprou a empresa. O novo grupo dirigente, do qual faziam parte Rubens do Amaral e Luís Amaral, imprimiu uma nova linha editorial, bem diversa da anterior. Os jornais voltaram sua atenção para o setor rural, procurando dirigir-se aos agricultores, chamados, os “lavradores de São Paulo”. Basta dizer que em várias de suas edições o anúncio de assinaturas era feito compreendendo a possibilidade de pagamento em espécie, isto é, em café.

No início da década de 1930, a revolução era ainda encarada como um momento favorável para a libertação dos lavradores da hegemonia perrepista, assumindo as folhas para si, já então um empreendimento estável e empresarialmente sólido, o papel de principal instrumento de viabilização do novo projeto. Nesse período, a *Folha da Noite* foi perdendo gradativamente sua importância, e desapareceu a proposta de se fazer um jornal popular; conseqüentemente, não só as referências ao operariado urbano e aos funcionários públicos praticamente desapareceram de suas páginas, como aumentou cada vez mais a importância da *Folha da Manhã*. Em termos de linha editorial, ambos os periódicos apresentavam-se como politicamente indefinidos, no sentido de não opor hostilidade a Vargas. Foi somente a partir de 1932 que começou a se definir uma posição claramente de oposição a Getúlio e à revolução, dada a ausência de programas do governo.

Assim, à medida que o movimento constitucionalista tomava corpo, as folhas foram-se definindo a seu favor, em oposição a Vargas. E um dos meios utilizados para tanto era lançar mão da tese, que aqui não importa se correta ou não, de que a Revolução de 1930 não representara uma ruptura com o passado (ao contrário do que afirmavam os revolucionários), haja vista a permanência do caos e o aumento da desordem, o que redundava em “sérios riscos para a sociedade”. Com a eleição da Constituinte, as folhas passaram, a partir de 1933, a acompanhar de perto os trabalhos de elaboração da nova Constituição, defendendo um aperfeiçoamento do texto de 1891, propondo porém a substituição do presidencialismo pelo parlamentarismo, pois “o governo parlamentar, por excelência o das elites, o que melhor seleciona os valores humanos, é o que se aplica às tendências liberais do Brasil, coadunando-se com as nossas tradições. No retorno as suas práticas é que encontraremos deliciosos fatores de progresso social e político” (*FM*, 29/8/1933). O resultado final do trabalho da Constituinte, no entanto, não agradou às folhas, que criticaram sobretudo a excessiva centralização no plano econômico e o sindicato único, já que eram a favor do pluralismo sindical. Defendiam também a Lei de Segurança Nacional, garantia da ordem diante das “ameaças extremistas de direita ou de esquerda” (*FM*, 20/2/1935).

A linha antiindustrialista, agora sim, se definiu mais claramente, à medida que as folhas defendiam cada vez mais acirradamente a tese de que o desenvolvimento econômico do país residia nas atividades agroexportadoras (lavoura e comércio do café).

Quanto à queima do café, as folhas foram contra, pois o que havia, a seu ver, não era superprodução, e sim dificuldade na venda do produto, caro e de má qualidade, o que nos levava a uma situação “absurda: produzindo mais barato do que ninguém, vendendo mais caro do que todos, porque entre os centros de produção e consumo se planta o fisco a receber mais do que recebe o fazendeiro por saca de café... O problema do café é o protecionismo” (*FM*, 3/6/1937). Mas a posição contrária à diversificação da atividade econômica brasileira não se limitava à

oposição agricultura *versus* indústria, dizia respeito também à diversificação no interior do próprio setor agrícola. O grande pilar da economia brasileira era o café, e, portanto, este deveria ser o produto privilegiado por qualquer medida econômica.

Não obstante, segundo a linha editorial das folhas, as causas últimas dos males econômicos do país deveriam ser buscadas na política do Estado, intervencionista em detrimento da liberdade econômica e expressa sobretudo no protecionismo cambial. Mas, diante da ameaça da guerra, criou-se uma situação em que “reafirmamos nossa fidelidade em primeiro lugar à democracia. Em seguida, consolidamos os alicerces das culturas nacionais que somam a cultura continental. E, finalmente, organizemos racionalmente e eficientemente nossa economia, buscando a prosperidade não só, mas também a paz social” (*FM*, 27/9/1938).

Quanto ao vespertino *Folha da Noite*, ele continuava agressivo quando se tratava do interesse público. E uma de suas campanhas foi contra a proliferação das siderúrgicas, pois à fala de Vargas sobre a siderurgia nacional seguiu-se a criação em São Paulo de uma série de companhias siderúrgicas vendendo ações para pessoas de baixos recursos. E, segundo depoimento de Hermínio Sacchetta, que compôs o corpo de jornalistas e ocupou o cargo de secretário-geral das folhas durante o período de 1938 a 1945, “as folhas iniciaram o ataque, desmascarando diariamente esses grupos, alguns dos quais eram sem dúvida ligados a pessoas da alta administração estado-novista. Justiça seja feita, pouco tempo depois um decreto de Getúlio fechou todas as possibilidades a esses grupos” (*Folha de S. Paulo*, 10/1/1979).

A guerra representou a grande oportunidade para a América e para o Brasil, e sobretudo para São Paulo, pelo seu potencial e sua organização “agroindustrial” (*FM*, 27/1/1942). O empreendimento de Volta Redonda foi aplaudido, pois com ele “se encerra o ciclo amargo da lavoura itinerante” (*FM*, 5/9/1944).

Em 1945 o jornal cerrou fileiras com os defensores da consolidação da democracia no país, pois, diante do fim do Estado Novo no Brasil e da derrota do totalitarismo na Europa, a “humanidade inteira se enche de esperanças no advento de uma era melhor e mais bela de liberdade e civilização” (*FM*, 26/7/1945).

Também em 1945, no mês de março, juntamente com Alcides Ribeiro Meireles (diretor-presidente) e Clóvis Medeiros Queiroga (diretor comercial), José Nabantino Ramos assumiu a direção das três folhas: *Folha da Manhã*, *Folha da Tarde* e *Folha da Noite*. Essa diretoria apresentava a seguinte composição: Meireles tinha suas raízes nos interesses agrários, Queiroga na indústria brasileira, ao passo que Nabantino Ramos era ligado ao governo Dutra através de seu ministro da Justiça. Tinha-se assim a condição ideal, dado o relativo equilíbrio de forças, para

imprimir ao jornal um caráter mais moderno, ao mesmo tempo que se procurava preservar uma relativa liberdade de pensamento. Assim é que a *Folha da Noite* assumiu uma linha editorial eminentemente agrarista até por volta de 1950. Durante esse período, aos sábados, era editada a *Folha Agropecuária*. Já a década de 1950 seria marcada, em termos de linha editorial, pela ênfase nos setores urbanos e industriais.

O propósito de lutar pela imparcialidade política — não confundi-la com neutralidade — era à época explícito, quando grande ênfase era dada ao “bem comum” como marco norteador necessário para as atividades editoriais. Nesse sentido defendia-se o sufrágio universal, em que pese o fato de que a “qualidade será substituída pela quantidade”, e que, “num país de massas incultas como o nosso, a tendência do grande eleitorado é votar no candidato do governo” (*FM*, 20/11/1945). Por essa época a liberdade de imprensa era também veementemente defendida, assim como eram defendidos os trabalhos da Constituinte e o direito de o Partido Comunista Brasileiro (PCB) concorrer às eleições. Em 1947, não obstante, a posição das folhas era outra: passaram a ser favoráveis à extinção do PCB e contrárias à permanência dos parlamentares comunistas no Congresso. E para tanto, a *Folha da Manhã* lançava mão do texto constitucional, que “proíbe a atividade de partidos antidemocráticos e, por extensão, a de seus membros e representantes, como é o caso dos parlamentares comunistas. Ora, é perfeitamente democrático que a vontade da maioria do povo brasileiro, assim expressa na Constituição, prevaleça sobre a vontade da maioria comunista e a impeça de interferir na política” (*FM*, 13/7/1947). Quanto aos outros partidos, eram criticados pela ausência de programas, assim como por seu número excessivo, fato que gerava desordem.

Não é, pois, surpreendente que nas eleições de 1950 as folhas acabassem por apoiar a candidatura do udenista Eduardo Gomes.

A partir de 1952, a oposição das folhas a Vargas tornou-se evidente, embora os jornais defendessem claramente a necessidade de se “adotar qualquer providência que seja capaz de estabelecer a confiança popular na ação governamental, a fim de que as multidões descontentes tenham ânimo de esperar mais uma vez” (*FM*, 9/8/1952). Isso explica por que, diante do suicídio de Vargas, as páginas das folhas condenaram veementemente aqueles que forçaram a renúncia do então presidente, ao mesmo tempo que reafirmavam a postura de que teria sido melhor aguardar o fim de seu mandato, uma vez que as forças armadas já haviam assegurado a ordem.

Para que a ordem fosse assegurada, mais do que nunca, segundo as folhas, ficou clara a necessidade de obstaculizar a reprodução do esquema populista, motivo pelo qual a linha editorial passou a ser de franca oposição à candidatura de Juscelino Kubitschek.

Favorável a participação dos operários nos lucros das empresas (com o que todos ganhariam, dado o maior cuidado e empenho na produção) e a necessidade de implementação de políticas sociais que gerariam um maior bem-estar social. As folhas eram, porém contrárias à interferência política no meio sindical, pois temiam a politização dos sindicatos no sentido de se transformarem em canais efetivos de mobilização da classe operária. E mais ainda com relação aos sindicatos do meio rural, uma vez que “o meio rural é fácil de ser trabalhado por esses elementos (agitadores profissionais), pois o nível cultural é baixo” (FM, 8/11/1956). Da mesma forma, eram também contrárias ao direito de greve, pois “o simples fato de haver greves é uma demonstração de impatriotismo por parte dos que a insuflam e a fazem” (FM, 3/9/1954).

Quanto ao modelo de desenvolvimento econômico, deveria ele ser associado ao capital estrangeiro e adotar a tecnologia mais avançada.

A Folha de S. Paulo

O início da década de 1960 assistiu a profundas mudanças nas folhas. Uma delas, de ordem mais formal, foi a mudança de nome para *Folha de S. Paulo*.

Amélia Cohn/Sedi Hiranocolaboração especial

Sérgio Montalvão (atualização)

FONTE: ABRAMO, C. *Império; Almanaque Abril* (1995); BARROS, A. *Ética; Exame Vip* (1996); *Folha de S. Paulo* (24, 25, 26 e 27/10/75, 1, 3, 4, 5 e 11/4/77, 16, 18, 23 e 24/3/79, 1/4/80, 1, 10, 17, 18, 19 e 23/4/84, 15, 16 e 17/1/85, 22, 26 e 27/4/85, 12, 13, 15, 17, 18 e 23/11/86, 23/8, 3, 4, 5 e 6/10, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18 e 19/11/88, 6, 7, 21, 28 e 30/5, 11 e 15/6, 23/7, 20/8, 1, 8, 15 e 22/10, 14, 15, 16 e 17/11 e 1, 2, 3, 4, 5, 6, 9, 10, 11, 14, 15, 16, 17, 18 e 20/12/89, 16, 17, 18, 23, 27 e 30/3/90, 28 e 30/6, 30/9, 2 e 3/10 e 16, 22, 29, 30 e 31/12/92, 21 e 22/4, 8, 17, 18, 19, 20, 22 e 24/10 e 2/11/93, 2, 3, 17, 19, 25 e 28/2, 1, 2 e 15/3, 1, 6, 10, 15 e 28/7, 3/8, 25/9 e 2 e 3/10/94, 2/1, 3, 8, 9, 10, 11 e 12/3, 4/5 e 2/7/95, 25/2 e 29/4/96); GOLDSTEIN, G. *Folhas*; HABERT, N. *Década; Imprensa* (9/87 e 4/91); LATTMAN-WELTMAN, F. *Imprensa*; MOTA, C. *História; SILVA, C. Mil dias; Veja* (20/8/86 e 20/5/87); *Portal M&M Online* (<http://www.mmonline.com.br>); acessado em 15/10/2009)

